

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO: estudo aplicado a uma micro empresa do comércio de óptica de Vitória - E.S.

Aluno: Michael Pereira Lopes

Orientador: Prof. Dr. Miguel Carlos Ramos Dumer

RESUMO

A má gestão do capital de giro tem levado à falência, precocemente, muitas micro e pequenas empresas no Brasil. O estudo a seguir, contempla o tema gestão do capital de giro em uma microempresa da capital do estado do Espírito Santo, Vitória, sendo este de muita importância, principalmente pelo alcance no resultado da gestão financeira. Tem como objetivo relacionar o conhecimento do proprietário microempresário, em nome da entidade, no que diz respeito às funcionalidades e utilização de métodos gerenciais correlacionados com o capital de giro. De início apresenta um embasamento teórico a respeito do que são as micro e pequenas empresas, seu tamanho, importância e relação com o PIB no mercado brasileiro. Faz-se também uma revisão teórica do conteúdo a respeito do conceito de capital de giro. O trabalho aponta para a importância de a gestão financeira ser conduzida por um profissional qualificado e hábil, na figura do Controller, saindo da centralização dessa atividade das mãos do empresário e assinalando como fator relevante no desenvolvimento e recuperação da lucratividade de uma empresa.

Palavras-chave: Capital de Giro. Gestão. Microempresa.

ABSTRACT

The management of working capital has led to bankruptcy, early, many micro and small companies in Brazil. The following study addresses the theme of working capital management in a microenterprise in the state capital of Espírito Santo, Vitória, which is of great importance, mainly due to the reach in the result of financial management. Its objective is to relate the knowledge of the micro-entrepreneur, on behalf of the entity, with regard to the functionalities and use of managerial methods correlated with working capital. Initially, it presents a theoretical basis regarding what micro and small

companies are, their size, importance and relation to GDP in the Brazilian market. There is also a theoretical review of the content regarding the working capital concept. The work points to the importance of financial management being carried out by a qualified and skilled professional, in the figure of the Controller, leaving the centralization of this activity in the hands of the entrepreneur and pointing out as a relevant factor in the development and recovery of a company's profitability.

Keywords: Working capital. Management. Micro enterprise.

1 INTRODUÇÃO

Segundo pesquisa “Sobrevivência de Empresas 2020” do SEBRAE, com dados da Receita Federal, se somadas as Microempresas Individuais (MEI), 29%, Microempresas (ME), 21,6% e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) 17%, o percentual de mortandade dos pequenos negócios entre 1 e 5 anos no Brasil atinge 67,6%. Também é constatado que quanto menor uma empresa mais difícil captar recursos para o capital de giro e conseguir transpor as dificuldades (SEBRAE, 2021). Acrescenta-se o fato de que dificilmente essas mesmas empresas façam uso de ferramentas gerenciais e profissionais capacitados para a melhoria de suas questões financeiras.

O então problema do presente trabalho é: **Quais as práticas relacionadas à gestão do capital de giro são adotadas pelo gestor de uma empresa do ramo do comércio de produtos ópticos em Vitória – E.S.?**

Esse estudo tem como objetivos secundários, mas não menos importantes, analisar o que leva ao desequilíbrio das finanças nas Micro e Pequenas Empresas (MPES), demonstrar que as MPES que usam de uma administração centralizada e incompatível com o gerenciamento financeiro do capital de giro, dificilmente têm carga suficiente para alavancar os lucros, e propor a busca pelo aconselhamento técnico e implementação da figura do Gestor Financeiro para acompanhamento dos relatórios contábeis. Principalmente no que diz respeito às entradas e saídas de caixa, que quando feito minuciosamente, pode ser uma saída de mestre para tirar a empresa do risco de insolvência.

Como justificativa, segundo Yoshitake et al. (2009, p.8),

A importância social e econômica das MPES torna-se cada vez mais evidente na economia nacional. Porém, verifica-se que este seguimento tem se deparado com sério obstáculos ao seu crescimento, sustentabilidade e competitividade.

Então o gerenciamento financeiro se faz uma importante ferramenta no auxílio para que as MPES sejam autossustentáveis. Como é de conhecimento, o SEBRAE (2021) evidencia dados que demonstram a alta mortalidade das MPES e que um dos principais motivos para isso é a falta de gerenciamento financeiro adequado das empresas menores, diferentemente do que acontece com as grandes empresas. Fazer com que as MPES entendam a importância de um gestor de finanças qualificado para a lucratividade e sobrevivência é parte fundamental e justificável desse trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As Micro e Pequenas Empresas (MPES) representam uma parcela enorme dentro do ambiente de negócios brasileiro, presente no dia a dia da população, são uma das principais geradoras de empregos, fazendo a economia girar e trazendo efeitos significativos ao Produto Interno Bruto (PIB) (SILVA, 2019, p. 6).

É possível avaliar a importância das MPES dentro do mercado econômico do Brasil analisando dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Dados de 2017, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e revelados pela presidência do SEBRAE, confirmam que as atividades de comércio e serviços têm participação na geração de 30% (trinta por cento) de todo o produto interno bruto (PIB) nacional. No comércio, elas são a principal base, perfazendo um total de 53% (cinquenta e três por cento) do PIB desse setor e na construção civil 55% (cinquenta e cinco por cento). Elas são tão importantes para a empregabilidade que têm como mão de obra, 66% (sessenta e seis por cento) do total de empregados no comércio, 48% (quarenta e oito por cento) no de serviços e 43% (quarenta e três por cento) no setor industrial (SEBRAE, 2020).

Para se enquadrarem como uma MPES é necessária que as mesmas obedeçam às normas descritas na lei complementar nº123 de dezembro de 1996 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte que se faz saber:

Art.1º - Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.2 SIMPLES NACIONAL

Na Constituição Federal de 1988, art.179, já era previsto o tratamento diferenciado à microempresa e após 8 anos, em 1996, a partir da Lei nº 9.317/96, foi sacramentado o SIMPLES como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições. Ainda pouco alterado pela legislação, após 10 anos se concretiza o que hoje é denominado como o “SUPERSIMPLES” com a Lei Complementar nº123/06 (SILVA, 2019, p. 82), onde também é explicitado que só será beneficiada e registrada como uma MPES, com acesso a tributação pelo simples nacional, aquela que:

I - no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O Simples Nacional trata-se de um regime tributário diferenciado e simplificado que favorece as MPES no recolhimento dos tributos e contribuições devidos. Para participar, a empresa que cumpra todas as exigências da Lei, necessita optar por esse tipo de tributação através o portal do Simples Nacional pela internet. Caso a empresa já esteja em atividade, essa opção só será possível a partir do mês de janeiro até o último dia útil desse mesmo mês. “Para as empresas em início de atividade a opção vale até 30 dias corridos contados do último deferimento de inscrição tanto no município como no estado” (BRASIL, 2021, p. 24 e 25).

2.3 PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Muitas vezes as MPES têm dificuldades em administrar seu capital de giro, seja por “vícios administrativos”, por pouco conhecimento ou falta de auxílio em sua trajetória. Por “vício administrativo” podemos entender como, por exemplo, a não

separação pelo proprietário do que é uma atividade empresarial de uma atividade pessoal, retirando do caixa da empresa valores para o pagamento de gastos pessoais do dia a dia, desrespeitando o “Princípio da Entidade”.

Paz (2017, p.03) explica o Princípio da Entidade:

O Princípio da Entidade fala acerca da separação dos patrimônios da empresa e de seus respectivos sócios ou proprietários, estabelecendo que os atos e fatos ocorridos no patrimônio daquela sejam registrados de forma independente ao patrimônio destas. Nem sempre os gestores praticam este princípio.

Apesar do CFC lançar a resolução nº 1.282/10 que altera e moderniza a resolução nº750/93 sobre os princípios da contabilidade, aproximando-a das normas internacionais de contabilidade, ainda é válida a observância do princípio da entidade em seu Art.4º:

O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

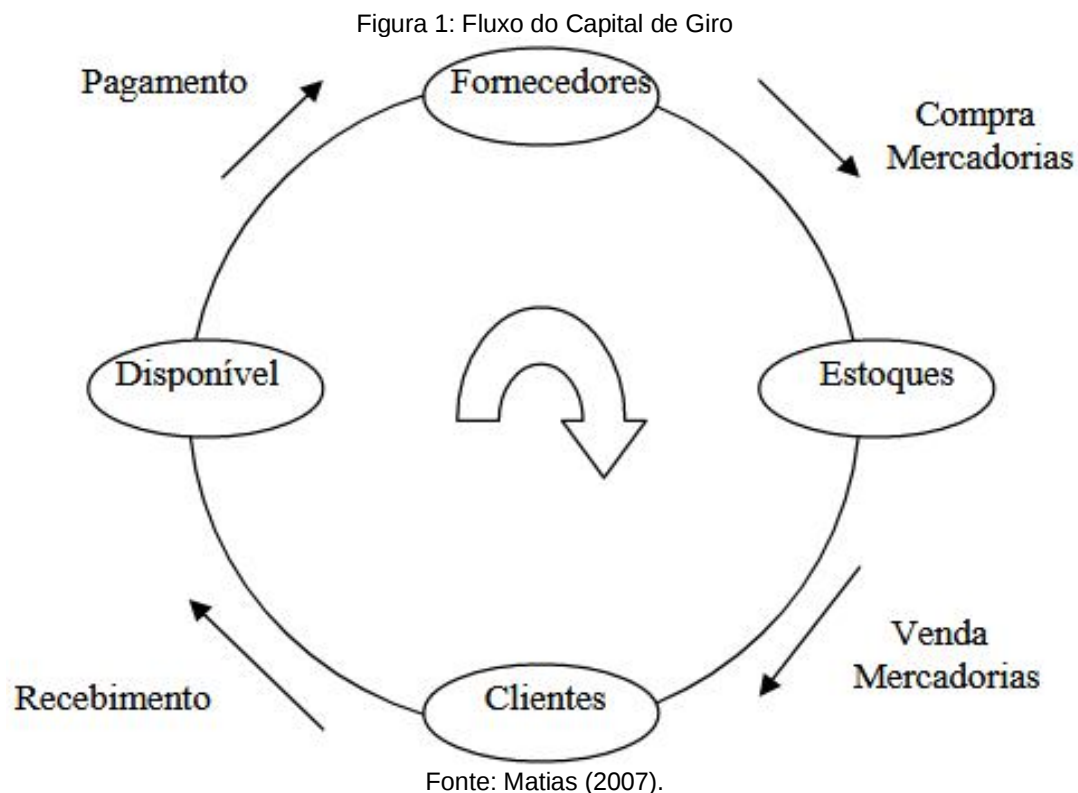
Parágrafo único – O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônio autônomo não resulta em nova Entidade, mas numa unidade de natureza econômico contábil.

2.4 CAPITAL DE GIRO

O nome de “capital de giro”, usado com frequência por gestores e administradores financeiros de empresas, sendo elas S/As, LTDAS, MPES ou até MEIS, conforme Silva (2016, p. 207) o define como uma parte do investimento que gira várias vezes em determinada ocasião, ou seja, são os recursos importantes para a direção normal e saudável dos negócios.

Invariavelmente ele também pode ser o valor capitalizado na aquisição de bens e/ou serviços para a manutenção operacional de qualquer entidade, desde que seja para auferir ganhos reais com a revenda desses bens/serviços em planos não muito longos (é o que se espera de qualquer empresa) fazendo parte de todo o seu ciclo operacional. Com isso os recursos oriundos das atividades são automaticamente reinvestidos, evitando assim a busca por capital de financiamentos externos que reduzem drasticamente os lucros.

É possível visualizar o fluxo do capital de giro na figura que se destaca abaixo, evidenciando com clareza a sua disposição dentro da empresa. Do disponível retiram-se os recursos necessários para a compra de mercadorias junto aos fornecedores seja para estoque e/ou venda direta aos clientes, transformando em novos recursos alimentando um novo ciclo.

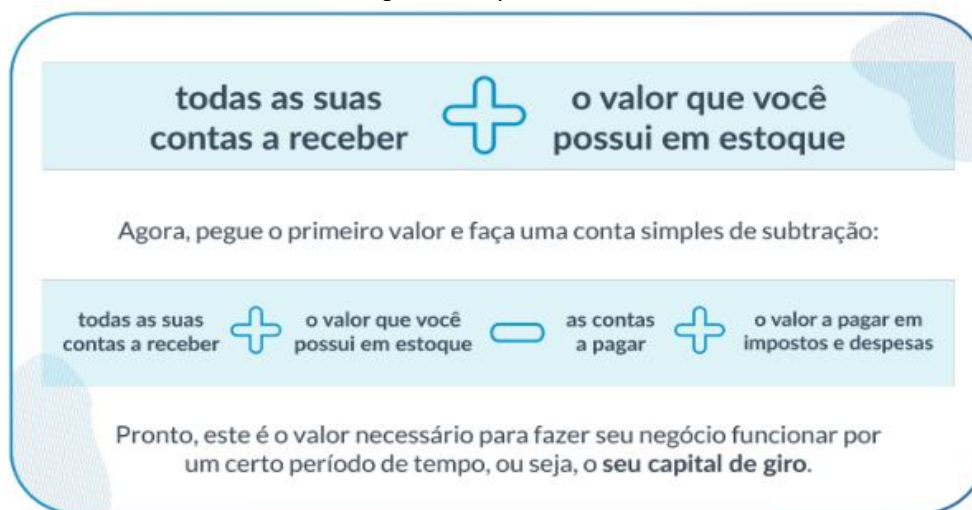


Silva (2016, p. 209) enfatiza que:

O capital de giro (CG) representa o valor total de recursos que a empresa necessita para financiar seu ciclo operacional, que começa com a necessidade de compra de matérias-primas (estoques => fornecedores) até a venda e recebimento dos seus produtos ou serviços.

Dentre as principais características do capital de giro pode-se evidenciar a sua dinâmica e a capacidade de possuir um processo contínuo onde a empresa compra, produz ou estoca, vende e recebe, o que gera o lucro tão esperado. “A empresa deve manter o giro necessário para que não interrompa suas operações ou prejudique a operação primordial das empresas que são suas vendas” (PADOVEZI, 2012, p. 80).

Figura 2: Capital de Giro



Fonte: SEBRAE (março, 2021).

Portanto, o capital de giro é parte fundamental para a sobrevivência de uma empresa e uma gestão ineficaz desse ativo pode expor a entidade a perigos como a falta de liquidez e diminuição nos lucros, afetando a sua sustentabilidade. Uma empresa que possui uma má gestão de capital de giro poderá afetar a sua solvência o que reflete em sua capacidade em cobrir suas obrigações em longo prazo. (ASSAF NETO, 2015, p.313).

2.5 GESTÃO DE CAPITAL DE GIRO NAS MPES

Nas MPES, o capital de giro está diretamente relacionado ao seu fluxo de caixa, com isso a administração do que entra e do que sai é de suma importância. Vale ressaltar que uma administração competente e eficaz desses valores é o que faz com que a empresa tenha o crescimento esperado. A empresa deve lançar mão de estratégias econômico financeira para manter o seu bom desempenho no mercado. Tachizawa (2014) apud Paz (2017, p. 44) compreende que:

Admite-se como estratégia econômico financeira: a) o dimensionamento das metas de vendas e produção, a partir de seu capital de giro, desviando-se dos empréstimos junto aos bancos e financeiras, dado os custos financeiros elevados; b) escolher com prudência seus clientes, buscando evitar a inadimplência; c) manter o estoque em níveis mínimos, que podem ser de matéria prima ou produto acabado; d) minimizar a utilização de capital de giro, caso seja possível utilizar mão de obra terceirizada.

Um gestor que possua bons conhecimentos em estratégia financeira e saiba trabalhar com as ferramentas disponíveis para análise de dados e suas aplicabilidades, pode elevar os lucros de uma empresa, principalmente em momentos de crises. “Pela análise dos elementos patrimoniais de uma empresa é possível identificar prazos operacionais, volume de recursos permanentes (longo prazo) que se encontra financiando o giro e as necessidades de investimento operacional” (DINIZ, 2015, p.149).

O gerenciamento dinâmico do capital de giro juntamente com as possíveis despesas oriundas desses, possibilita acompanhar e identificar a realidade financeira da empresa e as possíveis tomadas de decisões para o aprimoramento de ações que visam à melhora econômica financeiro, para isso Diniz (2015, p.149) descreve que “uma necessidade em investimentos de giro mal dimensionada é certamente uma fonte de comprometimento da solvência da empresa, com reflexos sobre sua posição econômica de rentabilidade”.

Ferreira et al. (2011, p. 882), evidencia como deve agir o gestor do capital de giro:

Para que o administrador de capital de giro tenha êxito, é importante que haja um forte entrelaçamento com a administração estratégica para que ocorra uma solução definitiva para o problema de capital de giro, isto é, que consista numa recuperação de lucratividade da empresa e as consequentes recomposições de seu fluxo de caixa, fazendo com que as micro e pequenas empresas consigam chegar à fase de maturidade.

Um dos maiores erros na gestão de uma empresa é não se prover de um gestor profissional qualificado, sendo que na maioria das MPES esse papel está vinculado à figura do dono/empresário, por isso muitas apresentam dificuldades no gerenciamento das contas e no fluxo de caixa fazendo assim com que seu capital de giro fique deficitário.

“A compreensão das atividades operacionais e a gestão dos elementos do capital de giro requerem bastante atenção e acabam por consumir boa parte do tempo dos gestores” (HENRIQUE; SILVA, 2017, p.24). Por falta de tempo e excesso de serviços, muitos desses centralizados na figura do dono, empresários deixam de se qualificar, o que acaba reduzindo a capacidade de crescimento da empresa baseado no seu capital de giro.

Fica entendido que para o fracasso de uma empresa, seja ela MPES ou não, uma gestão do capital de giro ineficiente é uma das principais causas de seu fechamento. Em contra partida, faz-se necessário uma gestão competente e compreensiva do tamanho do capital de giro e dos dados que o compõe a fim de que possam tomar deliberações financeiras de curto prazo alinhadas com as reais necessidades da companhia (HENRIQUE; SILVA, 2017, p.40).

Diferente de uma grande empresa, uma MPE em sua grande maioria, mantém a gestão financeira a cargo do administrador ou uma contabilidade externa que não faz muita questão de conhecer o dia a dia da empresa. Esses por sua vez estão muito mais interessados nas entradas e saídas de caixa e/ou em obrigações fiscais, inutilizando a melhor ferramenta que é a análise financeira feita por um profissional qualificado.

Silva (2012, p. 7) pondera sobre o papel de o gestor financeiro, que também pode ser fundamental para a saúde de uma MPE assim como para uma S/A; “O analista financeiro trabalha com as demonstrações contábeis, analisa o lucro da empresa apurado de acordo com o regime de competência, e ao mesmo tempo faz uso intenso do fluxo de caixa”.

2.6 CONTROLLER E A CONTROLADORIA

Na gestão financeira o empresário pode contar com o profissional de Controladoria responsável por auxiliar os gestores das mais variadas áreas e atividades dentro da empresa, objetivando o desempenho operacional em termos dos padrões identificados, para cada atividade do ciclo operacional (PADOVEZI, 2004, p. 201). O “Controller” se faz valer de instrumentos de análise dos quais estão incluídos os Sistemas Integrados de Gestão (ERP – Enterprise Resource Planning), unificados com ferramentas disponibilizadas pela Tecnologia da Informação como CRM, ECR, EDI, Internet, E-Procurement, entre outros. Todos esses dispositivos auxiliam o profissional na integração e análise dos dados em uma velocidade muito alta (PADOVESI, 2004, p. 196) e aperfeiçoa a geração desses dados tão importantes para tomada de decisão dentro da instituição.

A Controladoria se apoia na Contabilidade Gerencial, como supridora de informações para usuários internos, no estudo dos relatórios gerenciais e na análise

de três ciclos, que é o momento em que acontece a realização dos eventos mais importantes na empresa. Segundo Padovezi (2004, p.193):

1. O ciclo operacional, que compreende desde o momento do planejamento da produção e do recebimento da ordem de compra até a gestão dos pedidos de venda, entrega do produto ou serviço e recebimento da venda;
2. O ciclo econômico, caracterizado pelo processo de consumo de recursos, produção e entrega do produto ou serviço;
3. O ciclo financeiro, diferente do momento econômico, pois os momentos de pagamentos e de recebimentos dos valores dos eventos econômicos são prolongados por prazos de pagamento e recebimento.

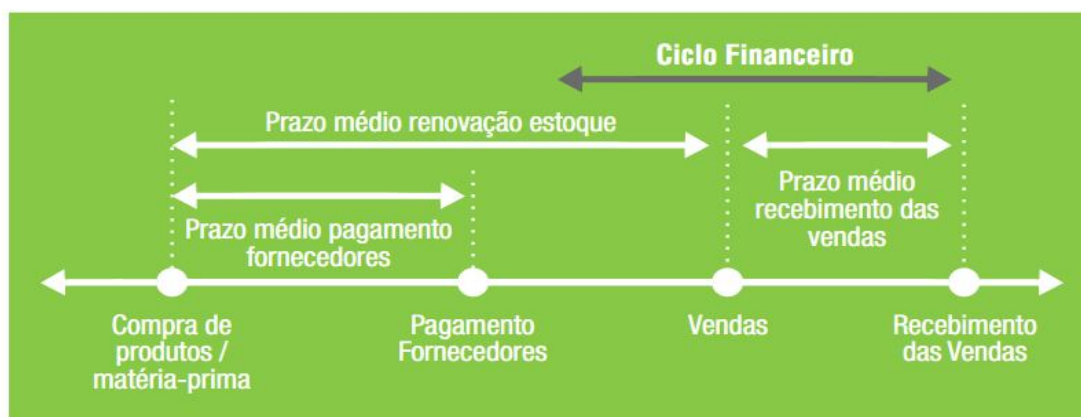
Numa conclusão clara, Padovezi (2004, p. 3) relata que “cabe a Controladoria a responsabilidade de implantar, desenvolver, aplicar e coordenar todo ferramental da ciência contábil dentro da empresa, nas suas mais diversas necessidades”, dando um suporte e facilitando muito o trabalho do empresário.

2.7 NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Um dos principais cálculos que uma MPES precisa saber é se há a necessidade de alocação de recursos extras para o capital de giro, quando essa necessidade fica evidente, normalmente o empresário busca recursos no financiamento externo que vem de instituições financeiras. As instituições financeiras costumam cobrar caro por esses financiamentos, então antes de proceder dessa forma, é importante saber se a empresa realmente precisa e onde esses recursos estão se esvaindo.

Para saber se há necessidade de capital de giro é preciso avaliar o ciclo financeiro da empresa, que é o intervalo de dias em que a empresa financia seu giro ou funcionamento (SEBRAE-RS, 2016, p. 11).

Figura 3: Ciclo Financeiro



O ciclo financeiro é calculado pela equação:



Fonte: SEBRAE-RS (2016).

Para um ciclo financeiro saudável que dê uma sustentabilidade viável para a empresa, é necessário que ele seja reduzido o que fará com que não haja a necessidade de capital de giro (SEBRAE-RS, 2016, p. 11). Pode-se dizer que quanto menor o prazo médio de recebimento de vendas e maior o prazo médio de pagamento de fornecedores, demonstra uma estabilidade no capital de giro da entidade. O acompanhamento da necessidade do capital de giro, suas variações e implicações são de muita importância para a MPES, já que o capital disponível é sempre escasso.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o objetivo de esclarecer o objeto da pesquisa, elucidando os caminhos escolhidos a seguir nesse estudo, a metodologia adotada parte do pressuposto que para se alcançar o ápice foi necessário fazer um estudo de caso, onde são apresentadas as possíveis soluções para elucidar um dos principais problemas empresariais na era capitalista moderna que é o fechamento súbito das MPES.

Sendo instrumental, o estudo de caso tem o propósito de aprimorar o conhecimento de determinado fenômeno e requer a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações (GIL, 2002, p. 139). Yin, (2001, p. 21), relata que:

O estudo de caso tem uma contribuição impar no que diz respeito à compreensão dos fenômenos individuais organizacionais, sociais e político, permitindo uma investigação onde se preserva as características holísticas e significativas dos eventos na vida real.

Empresas com denominação de micro ou pequena têm encontrado dificuldades para continuar sua caminhada e crescimento, e um dos possíveis problemas é a falta de um gerenciamento financeiro adequado. Foi tomado como objeto de estudo uma micro empresa do mercado de óptica, situada na região da Grande Vitória – E.S., para saber como ela administra o seu capital de giro. Com oito funcionários, incluído o sócio/gestor, com capital de giro insuficiente, porém um mercado, que se absorvido, é capaz de elevar o lucro e diminuir ou zerar a necessidade de capital de giro.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, foi possível trazer conteúdos significativos para o complemento do estudo através de dados de livros, artigos, dissertações, revistas, materiais disponíveis na internet, entre outros possibilitando a fundamentação da teoria analisada.

Para potencializar o estudo, foi colocada em prática também uma pesquisa de cunho exploratório, já que o conteúdo de estudo necessitava coletar informações de uma empresa onde havia a possibilidade de expor e tornar conhecido o objeto de estudo e posteriormente levantar hipóteses. “As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Para o entendimento da finalidade de uma pesquisa com abordagem qualitativa, Godoy (1995, p. 63) explica:

Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.

Utilizando a abordagem qualitativa, foi possível chegar ao conteúdo necessário na entrevista junto ao entrevistado, na figura do empresário, com uma série de

perguntas diretamente e expostas, permitindo um plausível de entendimento pelo entrevistado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fins de evidenciação de dados, foi feita uma pesquisa direta por questionário objetivo, e entrevista como o gestor de uma MPE localizada na Grande Vitória – E.S. Nessa pesquisa foi possível perceber o envolvimento do gestor nas obrigações diárias, centralizando o controle da gestão financeira da empresa. O que mostra uma centralização acentuada dos serviços por conta do proprietário, já que a figura do gerente também é a do proprietário.

Analisando o perfil da empresa, pode ser constatado que a organização possui 38 anos de funcionamento, demonstrando como uma característica certa experiência de mercado. A empresa possui uma gestão familiar, passada de pai para o filho que é o atual gestor. Além disso, sua esposa faz parte do quadro societário.

Quanto ao número de colaboradores, constatou-se que possui 8 funcionários, incluindo o gerente/proprietário entrevistado. Como forma de tributação, a empresa é adepta do Simples Nacional, por ser considerado pelo gestor mais prático e menos custoso.

Como respondente da pesquisa, foi abordado o empresário que atestou ter ensino superior completo, porém não sendo na área da administração e/ou contabilidade, o que alguns julgam como sendo um diferencial positivo para se ter sucesso na gestão financeira. Com formação em outra área, porém sem nenhuma perspectiva de trabalhar na mesma, muitas vezes os gestores de MPES optam por abrir a empresa e aos poucos fazer cursos específicos, principalmente com o apoio do SEBRAE, o que foi percebido ser o caso do entrevistado.

O entrevistado relatou que com pouca formação e informação, principalmente devido ao pouco tempo disponível, deixa a desejar no quesito gerenciamento financeiro/contábil, e coloca essa questão muitas vezes a cargo do contador externo. Portanto, foi possível identificar que o proprietário não demonstra ter a percepção adequada da importância e da necessidade de sua atuação para uma gestão mais eficaz do capital de giro da empresa e que práticas são adotadas para a sua melhora.

Apesar de todas as dificuldades relatadas anteriormente, quando abordado sobre o que é capital de giro, o empresário indicou ter conhecimento do que seja e de suas funcionalidades, inclusive chega a dizer que essa ferramenta possui um alto grau de importância dentro da empresa. Numa avaliação de zero a dez, sendo zero para menos importante e dez para mais importante, foi avaliado com nota nove de importância. Por outro lado, como já relatado, o empresário deixa um tópico tão importante a cargo de terceiros.

Um dos maiores problemas de uma MPE se torna evidente quando se fala em necessidade de capital de giro, porém na empresa pesquisada não fica demonstrado dificuldade com relação a isso, pois foi relatado que não financia nem busca formas de financiar seu capital de giro, já que não vê necessidade, o que pode indicar que ela possui um ciclo operacional estável.

Dentre as formas apresentadas de financiamento do capital de giro estaria a busca por disponibilidades a curto ou longo prazo, que viriam em alguns casos de terceiros, o que tornaria o custo do produto ou serviço mais caro e acabaria sendo repassado ao cliente final e tendo pouca aceitação, principalmente se o momento for inadequado.

Perguntado ao empresário: qual a conta que mais impacta no capital de giro como investimento? Ficou claro que a conta de estoques era a principal. Por isso é necessário um gerenciamento de qualidade nessa conta, trabalhar com o mínimo possível de capital no estoque, evita altos custos financeiros, perdas, danificação, entre outros. Para a diminuição dos possíveis prejuízos causados por um estoque mal administrado, a empresa pesquisada conta com ferramentas específicas que auxiliam nas decisões, como planilhas, softwares de sistemas integrados, etc.

Outros tipos de sistemas informatizados de controles também são usados pela empresa para fazerem o gerenciamento da conta de clientes e fornecedores, aprimorando o prazo de pagamentos e de recebimentos evitando-se assim a inadimplência e o pagamento de juros e multas por atrasos das contas.

Apesar da maior dificuldade apresentada na gestão do capital de giro ser a inadimplência, o entrevistado considera que esse seria um possível motivo de alto risco para o fechamento e extinção das atividades. Talvez o empresário não leve em

consideração que um acúmulo de ineficiência em toda a cadeia de contas que fazem parte do capital de giro, possa representar o maior risco.

Tendo em vista todos esses dados, foi possível chegar a pessoa do contador ou escritório contábil como o principal responsável pela gestão financeira da empresa. Quando indagado sobre o papel do contador na busca por prestar uma informação de qualidade à cerca o capital de giro, o empresário destacou que não houve uma busca por parte do contador e que ele próprio faz esse tipo de questionamento indo até ele duas ou mais vezes por ano. O que faz repensar sobre o papel do profissional de contabilidade, que deveria fazer a informação chegar ao seu cliente, e dispor ao gestor todos os caminhos necessários para que a empresa adote meios viáveis para ter um crescimento estável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de relatar e estudar as práticas relacionadas à gestão do capital de giro que são adotadas pelo gestor de uma empresa do ramo do comércio de produtos ópticos em Vitória – E.S., nesse estudo pôde-se averiguar o comportamento do micro empresário diante da figura do capital de giro, seu conhecimento, sua gestão financeira, ferramentas de análise e seu apoio contábil, evidenciando que o capital de giro é de suma importância para a sobrevivência do seu empreendimento.

Apesar de serem as responsáveis por maior parte da empregabilidade no país, as micro e pequenas empresas costumam não possuir uma estrutura de apoio gerencial bem definida quando se fala no status financeiro, seja por falta de tempo dos seus administradores, interesse ou estrutura contábil (SEBRAE, 2021).

Após uma pesquisa elaborada junto ao proprietário de uma MPE situada na grande Vitória, mais especificamente do comércio óptico, foi constatado que o empresário não detém o conhecimento efetivo das ferramentas de gerenciamento financeiro na prática, apesar de conhecer a relevância da boa gestão de capital de giro, porém não se responsabiliza diretamente, terceirizando essa importante função gerencial.

O gestor parece não levar em conta que com o capital de giro em defasagem, fica quase impossível pensar em alocar algum dinheiro em um profissional contábil

que possa fazer um gerenciamento mais eficaz das contas; e sem tempo disponível para aperfeiçoar os estudos nessa área, o que também foi possível constatar por meio da pesquisa, a empresa tende a passar por dificuldades financeiras. Sob esse cenário, a empresa tende a ter um futuro incerto, já que possivelmente não terá força nem capital para enfrentar a primeira crise que se estender por um longo período.

Isso faz lembrar que a forma mais rápida e menos complexa de enfrentar essa situação é recorrer ao capital de terceiros para o financiamento das atividades principais da empresa, porém se o proprietário não tiver conhecimento do melhor tipo de financiamento para seu negócio, poderá apenas adiar a sua falência, no que nos remete novamente ao profissional contábil qualificado que também peca em não oferecer esse tipo de amparo, situação que pode ser analisada num trabalho futuro, aumentando o alcance desse estudo.

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. V11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 27 de outubro de 2021.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional, perguntas e respostas**. Atualizado em 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/arquivos/manual/perguntaosn.pdf>>. Acesso em 27 de out. de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 750/93**. Disponível em: < https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.pdf>. Acesso em 05 de nov. de 2021.

DINIZ, N. **Análise das demonstrações financeiras**, Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

FERREIRA, C. C. et al. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro,

v. 45, n. 3, p. 863-884, jun. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/63XdKH7Q58W7xbVMsnVgLCB/?format=pdf&lang=pt>
 Acesso em: 05 de nov. 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. mar./abr. 1995. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>
 Acesso em: 21 de nov. de 2021.

HENRIQUE, D. A.; SILVA, T. M. C. F. Gestão do Capital de Giro: Uma Análise Focada nas Micro e Pequenas Empresas Comerciais de São Luís. **Revista Onis Ciência**, Braga, v. 5, n. 17, pág. 22-42, set./dez. 2017. Disponível em:
<https://revistaonisciencia.com/wp-content/uploads/2020/06/artigo-02-Danilo-Assen-Henrique.pdf>. Acesso em 05 de nov. 2021.

MATIAS, A. B. **Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria básica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PAZ, C. F. **Processo de controle financeiro: estudo de caso no contexto do princípio da entidade**. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração das Micro e Pequenas Empresas). Faculdade Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2017. Disponível em:
http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/Clau diaFabiana.pdf. Acesso em 27 de out. de 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório da pesquisa e do estudo: Sobrevivência das empresas**. 2021. Disponível em:
<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Sobreviv%C3%Aancia-das-empresas-2020-%C3%9Altima-vers%C3%A3o.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agência de Notícias**. Pequenos negócios já representam 30% do produto interno bruto do país. Brasília. 08 de abril de 2020. Disponível em:
<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais,7b965c911da51710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Capital de giro: aprenda o que é e como funciona o da sua empresa**. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosFinancas/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de->

giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 08 de nov. de 2021.

SEBRAE-RS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Capital de giro**: Como ele influencia o sucesso dos negócios. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<https://sebraers.com.br/wp-content/uploads/2017/12/e-book-capital-de-giro.pdf>>. Acesso em 16 de nov. de 2021.

SILVA, A. B. S. **Capital de giro e análise financeira**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

SILVA, A. C. **O cenário das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais na economia brasileira e seu regime de tributação**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais). Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2019. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7802/1/DM_Ant%C3%B4nio%20Carlos%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 25 de out. de 2021.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STÜPP, D. R. et al. Impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade na análise do capital de giro. **NAVUS – Revista de gestão e tecnologia**. Florianópolis. v. 10., p. 01-17. jan./dez. 2020. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2247>>. Acesso em: 30 out. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOSHITAKE, M. et al. Um estudo sobre a necessidade de capital de giro nas micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 3, n. 2, p.4 -24, 2009. Disponível em: <<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/viewFile/65/55>> Acesso em: 21 de nov. 2021.